



Câmara Municipal de Quissamã

Estado do Rio de Janeiro

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de fevereiro de 2021, às 10 h, no Plenário da Câmara Municipal de Quissamã, situada à Avenida Francisco de Assis Carneiro da Silva, (497) quatrocentos e noventa e sete, Alto Alegre, Quissamã, Estado do Rio de Janeiro, reuniram-se os vereadores Fábio Castro da Costa, Rildo Barcelos Sobrinho e Janderson Barreto Chagas membros da Comissão Permanente de Justiça e Redação; Finanças e Orçamentos; Obras e Serviços Públicos para a realização da Audiência Pública prevista no Parágrafo 4º, do Artigo 9º, da Lei Complementar nº 101 de 2000, dispondo sobre o Relatório Fiscal, referente ao Terceiro Quadrimestre do ano de 2020. O vereador presidente da Comissão, convidou a Secretária de Fazenda, Simone Moreira para compor a mesa e registrou a presença do vereador Ailson Belarmindo e a vereadora Alexandra Moreira. Solicitou a senhora Simone Moreira, que conduzisse a Audiência Pública, a qual iniciou sua explanação cumprimentando a todos e explicou que apresentará as metas do 3º quadrimestre de 2020. Iniciou pela receita e fez a observação que o ano de 2020 foi atípico, onde no 1º quadrimestre tinha uma visão ruim com relação à receita, porque a pandemia da COVID influenciou direto na receita pública, no entanto, a administração se moveu e conseguiu recuperar algumas receitas extraordinárias como: alienação da folha de pagamento e a recuperação do valor significativo com relação ao royalties do petróleo. Em agosto teve a liberação da receita do pré-sal que foi liberado pela ANP no valor de vinte e um milhão de reais, (R\$21.000.000,00) proveniente da recuperação dos royalties e um novo enquadramento de Quissamã na área de embarque e desembarque. Com toda essa movimentação os royalties ficaram abaixo do valor previsto, mas ajustaram as contas e conseguiram fechar o ano. Simone Moreira explanou que tiveram um excesso de arrecadação de trinta e seis milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, duzentos e quarenta e um reais e trinta e oito centavos (R\$36,756.241,38), considerando na receita o IPMQ. Evidenciou que é uma receita que não se pode mexer, que entra no caixa do Instituto de Previdência, mas a administração não pode mexer. Estava previsto para o 3º quadrimestre, sem o IPMQ, o montante de oitenta e cinco milhões, cento e sessenta e um mil, trezentos e noventa e dois reais e noventa e dois centavos (R\$85.161.392,92), mas teve um excesso de 42% acima do estipulado. Se comparar a arrecadação no período sem o IPMQ, temos um excesso de arrecadação de 33%, superior a 2019. Salientou que no mês de agosto, aconteceu uma arrecadação na ordem de dezenove milhões, cinco mil, cento e quarenta e seis reais e treze centavos (R\$19.005.146,13), decorrente da parcela de participação da compensação financeira pela exploração do petróleo e gás natural (pré-sal), onde fica destinado 75% para a educação e 25% para a saúde. A secretária de fazenda esclareceu

pe ub  

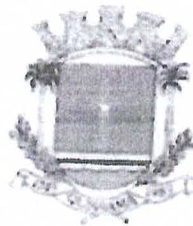


Câmara Municipal de Quissamã

Estado do Rio de Janeiro

que a receita ordinária é destinada para pagamento de folha, precatório e INSS, não tem vinculação com gasto em saúde e educação. A receita teve um acréscimo de 15% e destacou o ICMS, mas por conta do COVID, no mês de novembro e dezembro de 2020, teve um acordo da Petrobras com o Estado e Quissamã teve uma recuperação de ICMS de três milhões e cem mil reais (R\$3.100.000,00), com isso influenciou na arrecadação. As receitas tributárias no início tiveram queda, pois os contribuintes não estavam em condições de pagar decorrente do COVID, mas aos poucos foram se normalizando e a obra da ciclovia aumentou a arrecadação do ISS e comparando 2019 / 2020, neste período teve um aumento de 6% na receita tributária. Sabemos que as principais receitas do município são os royalties, ICMS e quando sofrem oscilações negativas dá um impacto na receita. Na categoria econômica no 3º quadrimestre a receita teve um acréscimo de 40% do que estava previsto com o Instituto de Previdência e com relação à comparação da categoria econômica de 2019 / 2020 sem o IPMQ teve 42% a mais previsto para o arrecadado. A secretária Simone Moreira detalhou o recurso para o COVID, proveniente de transferência de recursos do SUS e transferência de recursos do Estado, somando uma arrecadação de doze milhões, dezoito mil, seiscentos e setenta e cinco reais e oitenta e oito centavos (R\$12.018.675,88) no ano de 2020, onde as fontes relacionadas ao COVID foram separadas da saúde. A secretária de fazenda, Simone Moreira neste segundo momento, explanou sobre as despesas orçamentárias com o IPMQ na categoria econômica; no quadrimestre foi liquidada em cento e cinco milhões quatrocentos e sessenta mil, seiscentos e noventa e três reais e cinquenta e sete centavos (R\$105.460.693,57) e paga cento e nove milhões, quinhentos e noventa e seis mil, duzentos e noventa e um reais e um centavo (R\$109.596.291,01). Comparando as despesas empenhadas / liquidadas por categoria econômica do 3º quadrimestre de 2019/2020 sem o IPMQ temos a variação do empenhado de 14,98% e liquidado de 18,96%. As despesas nas áreas prioritárias pagas na educação foram de 16,49%; saúde 33,05%; assistência social 6,25% e outras despesas de 44,21%. O vereador presidente da Comissão solicitou a secretária que para a próxima audiência desmembre os valores das tarifas arrecadas no município pelo transporte coletivo, com o objetivo de explicar para a população o que é feito com a arrecadação das tarifas. Simone Moreira demonstrou no 3º quadrimestre os valores empenhados, liquidados e pago no Legislativo e Executivo, sendo pago ao Legislativo no 3º quadrimestre dois milhões, novecentos e quarenta e um mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos (R\$2.941.954,84) e no Executivo cento e seis milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e trinta e seis reais e

me b



P.M.Q.
PROCESSO Nº 2436621
RUBRICA *[assinatura]* FLS 15

Câmara Municipal de Quissamã
Estado do Rio de Janeiro

dezessete centavos (R\$106.654.336,17). Após o fechamento da apresentação da Audiência, a secretária se colocou a disposição para perguntas e dúvidas dos vereadores e público presente. A secretária de fazenda respondeu a todos os questionamentos e solucionou as dúvidas e indagações de todos. Com isso o presidente da Comissão Permanente de Justiça e Redação; Finanças e Orçamento; Obras e Serviços Público, Fábio Castro da Costa, deu por encerrada a audiência e por não constar mais nada, em nome de Deus e do povo de Quissamã declarou encerrada a Audiência Pública do 3º quadrimestre do ano de 2020.

[assinatura]
Fábio Castro da Costa
Vereador - Republicanos

McB

[assinatura]



P.M.Q.
Processo nº 028/19
Rubrica [assinatura] Fls 03

Câmara Municipal de Quissamã

Estado do Rio de Janeiro

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de maio de 2021, às 10 h, no Plenário da Câmara Municipal de Quissamã, situada à Avenida Francisco de Assis Carneiro da Silva, (497) quatrocentos e noventa e sete, Alto Alegre, Quissamã, Estado do Rio de Janeiro, reuniram-se os vereadores Fábio Castro da Costa, Rildo Barcelos Sobrinho e Janderson Barreto Chagas membros da Comissão Permanente de Justiça e Redação; Finanças e Orçamentos; Obras e Serviços Públicos para a realização da Audiência Pública prevista no Parágrafo 4º, do Artigo 9º, da Lei Complementar nº 101 de 2000, dispondo sobre o Relatório Fiscal, referente ao primeiro quadrimestre do ano de 2021. O vereador presidente da Comissão, Fábio Castro; convidou a Secretária de Fazenda, Simone Moreira, Simone Flores, Rildo Barcelos e Ailson Belarmino para compor a mesa e solicitou a senhora secretária de fazenda, que conduzisse a Audiência Pública, a qual iniciou sua explanação cumprimentando a todos e adiantou que neste quadrimestre veremos um aumento na arrecadação do município decorrente do royalties, no enquadramento do município, no embarque e desembarque considerando uma receita favorável. Salientou que ainda está sobre liminar, portanto não é definitivo e tem que ter cuidado com o aumento das despesas, onde está sendo bem acompanhado pela secretaria de fazenda assim como os Projetos de Lei que chegam no Legislativo. Na análise da receita, os dados revelam excesso de arrecadação de 30,13% acima da meta estipulada com o IPMQ. Este excesso decorreu dos repasses mensais de royalties da União, arrecadação do ICMS, IPTU, recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE e transferência de recursos do Estado para Programas de saúde. A referida secretaria acompanha a receita e despesa do IPMQ, mas não tem domínio e a arrecadação revela um aumento de R\$ 30.349.791,09 sem o IPMQ e se comparar este mesmo período com 2020, apresenta um excesso de R\$ 28.590.804,09. As receitas ordinárias são destinadas para pagamento da folha, precatório e repasse para Câmara e teve um aumento de R\$ 13,88% comparado com 2020 no mesmo período. O ICMS teve um aumento de R\$ 12,17% é uma receita que no primeiro semestre foi significativa e precisa de atenção no segundo semestre, principalmente o FPM que tem impacto no imposto de renda. Nas receitas tributárias mesmo com a pandemia, as ações estão retomando e as pessoas estão cumprindo com suas obrigações. Com as obras no município, o ISS tem contribuído para o excesso de arrecadação e destacamos 33% a mais que 2020 no mesmo período. Na categoria econômica tivemos 30%, na previsão e arrecadação com IPMQ e sem o IPMQ neste primeiro quadrimestre tivemos 33% e comparando 2020 com 2021 tivemos uma variação de 31%, onde se destacou



P.M.Q.
Processo nº 0028/04
Rubrica [assinatura] Fls 04

Câmara Municipal de Quissamã

Estado do Rio de Janeiro

as transferências correntes com 32% nas áreas prioritárias, pagando 18,80% na educação, 32,17% na saúde, 7,29% na assistência social e 41,74% de outras despesas. Se colocar o pré-sal e o FUNDEB na área de educação ficará maior os valores, pois o objetivo é ver os repasses fundo a fundo. Nas despesas orçamentárias vimos uma discrepância, na despesa de pessoal no empenhado, devido os empenhos ser por estimativas e das despesas líquidas 98,80% foram pagas. A execução orçamentária comparada com 2020/2021, no empenhado temos 43,25%, o liquidado 23,70%. A secretaria demonstrou a execução orçamentária do Poder Executivo e Legislativo. A senhora Simone Moreira se colocou a disposição para responder perguntas e questionamentos com relação a apresentação do referido relatório. O presidente da Comissão Fábio Castro disponibilizou o tempo para perguntas e dúvidas e aos ouvintes através dos meios de comunicação, que envie suas perguntas para a secretária de fazenda responder. A vereadora Alexandra Moreira gostaria de saber qual o deficit acumulado do IPMQ? Sugeriu que nas apresentações, o presidente do IPMQ possa participar, passando a situação patrimonial do Instituto, pois sabemos que a consultoria contratada pela Prefeitura, publicizou que o deficit acumulado está na casa dos trezentos e dezoito milhões de reais (R\$ 318.000.000,00). As apresentações são feita das receitas e despesas com ou sem Instituto, portanto a presença do presidente será importante. Sabemos que o Instituto foi aprovado pela Câmara sem o cálculo atuarial e na criação do Instituto previa um rombo. A secretária Simone Moreira aderiu a sugestão e conversará com o presidente do Instituto, devido o mesmo acompanhar a situação de despesas e receitas do município. A secretária disse que na verdade quando se fala em rombo, não é assim, pois a questão atuarial vai absorvendo no exercício e tem feito o repasse e diminuindo sistematicamente o valor, por isso utiliza a figura do aporte de recurso todo os meses para assegurar que não exista rombo no Instituto de previdência. Temos que ter cuidado com o Instituto, com relação ao acompanhamento e o município tem feito e adiantou que em conversa com o presidente, no próximo ano o aporte terá que ser maior. A vereadora Alexandra Moreira frisou que a maior parte da arrecadação do município vem dos royalties e precisamos acompanhar de perto, porque prevê uma amortização e não temos informação, publicizado. Junto com a apresentação quadrimestral fosse feita a explicação do Instituto e ser visto os documentos e elementos para acompanhar a amortização. Ressaltou que os royalties são finito e a sua ponderação e sugestão estão baseadas em documentos que estão disponibilizados na página do Instituto, porém em Audiência Pública mostrará como está se comportando as receitas do Instituto. Os vereadores Simone Flores, Janderson Chagas, Rildo Barcelos e

procl [assinatura]



P.M.Q.
Processo 0328/04
Rubrica [assinatura] Fls 05

Câmara Municipal de Quissamã
Estado do Rio de Janeiro

Ailson Belarmino agradeceram a toda equipe da fazenda pela explanação. Na oportunidade a secretária de fazenda agradeceu os profissionais da fazenda que se empenham para ter o controle das despesas e receitas. O presidente Fábio Castro agradeceu pela excelente apresentação e informou a população que enquanto presidente da Comissão, transmitirá a Audiência Pública para esclarecer toda população, aonde o dinheiro está sendo aplicado. Por não constar mais nada, em nome de Deus e do povo de Quissamã, o presidente da Comissão Permanente de Justiça e Redação Finanças e Orçamento, Obras e Serviços Público, Fábio Castro da Costa, declarou encerrada a Audiência Pública do primeiro quadrimestre do ano de 2021.

[assinatura]

[assinatura]

mech [assinatura]



Câmara Municipal de Quissamã

Estado do Rio de Janeiro

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de setembro de 2021, às 9 h 30 no Plenário da Câmara Municipal de Quissamã, situada à Avenida Francisco de Assis Carneiro da Silva, quatrocentos e noventa e sete (497), Alto Alegre, Quissamã, Estado do Rio de Janeiro, presidida por Fábio Castro da Costa, presidente da Comissão Permanente de Justiça e Redação; Finanças e Orçamentos; Obras e Serviços Públicos para a realização da Audiência Pública prevista no Parágrafo 4º, do Artigo 9º, da Lei Complementar nº 101 de 2000, dispondo sobre o Relatório Fiscal, referente ao Segundo Quadrimestre do ano de 2021. O presidente da Comissão, convidou para compor a Mesa a Secretária de Fazenda, Simone Moreira e o presidente do Instituto Próprio de Previdência Fabiano Barreto Gomes. Também convidou os vereadores: Simone Flores, Ailson Belarmino, Rildo Barcelos e José Maurício Alves Dionísio. Solicitou a senhora Simone Moreira, que conduzisse a Audiência Pública, a qual iniciou sua explanação cumprimentando a todos e explicou que apresentará as metas do 2º quadrimestre de 2021. Iniciou pela receita que está com excesso de arrecadação no acumulado que representa mais de cem milhões de reais (R\$100.000.000,00) e será demonstrado durante a explanação das receitas dos royalties. O que foi previsto para o segundo quadrimestre de 2021 está estipulado no valor de noventa e nove milhões de reais (R\$99.000.000,00), onde temos as receitas mais relevantes, os royalties e ICMS. Foi demonstrado que na arrecadação sem o IPMQ o previsto para o arrecadado variou no total em torno de 49.46% nas receitas ordinárias, que são responsáveis pelo pagamento de precatório, pessoal e encargos, a qual tivemos um aumento comparado a 2020 de 19.35%. As principais receitas ordinárias comparadas entre 2021/2020, no mesmo período tiveram uma variação de 19.35%, mas a secretária ressaltou que o ano de 2020 não é parâmetro para a receita, porque tiveram muitos problemas na arrecadação por conta da medida de enfrentamento da COVID. Salientou que o IPTU teve esta queda neste período, diferente do ano de 2020 que foi prorrogado o pagamento do IPTU. Apontou as transferências corrente que tem um valor considerável, porque nessa categoria temos receitas relevantes. Destacou que boa parte do excesso da arrecadação vem dos royalties, que foi benéfico porque conseguiu um enquadramento, que ainda está sobre liminar, mas os advogados estão lutando para que se torne definitivo devido ao bom impacto positivo no mês. Na categoria econômica de janeiro a agosto sem o IPMQ, comparado com 2020/2021 temos um incremento na arrecadação de quarenta milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos reais e noventa e seis centavos (R\$40.757.400,96). Tivemos recursos para o enfrentamento ao coronavírus com recursos provenientes de: transferência de recursos do SUS – Federal e transferência de recursos do Estado. A secretária de fazenda demonstrou que as despesas por categorias econômicas chegou aproximadamente 98.82% das

pech



Câmara Municipal de Quissamã

Estado do Rio de Janeiro

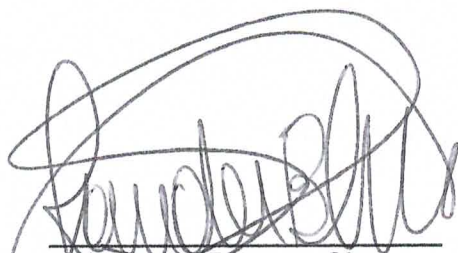
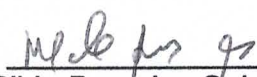
despesas liquidadas no período, incluindo o Instituto de Previdência. Ressaltou que são empenhados e liquidado dentro do mês, mas o pagamento é sempre no mês posterior, mesmo assim não ficamos devendo nem o Instituto Próprio e ao geral, pois temos uma margem de tempo maior para pagar. A despesa empenhada / liquidada por categoria econômica no período de janeiro a agosto sem o IPMQ temos 25.35% do empenhado e 30.27% do liquidado. A secretária de fazenda demonstrou que as despesas empenhadas, liquidadas e pagas foram despendidas, atendendo a solicitação dos vereadores na Audiência anterior, mas destacou a saúde com 29%, educação com 19% e assistência social com 7% das despesas totais. Temos os valores do Executivo e Legislativo empenhado, liquidado e pago, porém a secretaria gosta de está sempre destacando o empenhado, porque chegará um tempo que deverá ser pago. A senhora Simone Moreira terminou sua apresentação, transferindo a fala para o senhor Fabiano Barreto Gomes, que fará a explanação sobre o IPMQ. Prosseguindo a apresentação da Audiência, o senhor Fabiano Barreto agradeceu pelo convite, pela oportunidade de apresentar a movimentação e trabalho que é realizado no Instituto. Evidenciou os canais de informações que além da localização, tem um site no portal da transparência e todas as explicações de hoje estarão disponibilizado no site, que tem informações que são imediatas. Explicou a contextualização da criação do Instituto, da Lei nº 1880/2019, que tem como finalidade as demandas de aposentadorias e pensão por morte dos segurados, dependentes e servidores públicos, que são efetivos da prefeitura, câmara, autarquias e fundações. O senhor Fabiano Barreto ressaltou que ainda existe confusão, porque como a mudança de regime ocorreu no mesmo período da criação do Instituto, muitos servidores procuram o Instituto para informações sobre o estatutário e mudança do regime. Temos uma apresentação simples, mas necessária para atender e sanar as dúvidas. A apuração da taxa de administração, é o recurso que o Instituto tem para trabalhar com pagamento de folha dos servidores do Instituto, bem como as despesas de serviços mensais. Explicou como é feita esta conta, proveniente de uma taxa de administração prevista em Lei, de 2% do valor da remuneração dos efetivos que envolvem Prefeituras, Câmara e Autarquias, no entanto, tem uma tabela que a Prefeitura corresponde um valor para base de cálculo. Ressaltou que não engloba verbas de comissionados. Apresentou a despesa em relação a taxa de administração, onde trabalha com o empenhado, mas se colocou a disposição, caso queiram mais detalhado, poderá trazer no próximo relatório. Tem uma média de 62% da despesa em relação ao que tem disponível para se gastar no Instituto e tem um acumulado de 56% como reserva de trezentos e oitenta e nove mil (R\$389.000,00) neste período de oito meses. Como não foi feita apresentação no 1º quadrimestre, achou importante trazer informações para facilitar a contextualização para a evolução do



Câmara Municipal de Quissamã

Estado do Rio de Janeiro

orçamento. Destacou que temos um aumento considerável, que devido a pandemia 70% do benefício pago é proveniente do COVID. Mostrou detalhado mês a mês da despesa previdenciária, que representa na receita no 1º quadrimestre 0.68% e no segundo quadrimestre 1.57%. A apresentação que aparece CADPREV está no site e é de fácil acesso, onde mantém o número de servidores e o município contribuindo com as aposentadorias, óbito e a receita patronal no equilíbrio. Detalhou e incluiu o aporte atuarial do primeiro e segundo quadrimestre, que no mês de janeiro se refere ainda competência dezembro 2020 e tem que ser atualizado o plano de amortização. O movimento numerário no primeiro quadrimestre/2021, fechou num total de vinte e seis milhões, trezentos e quarenta e nove mil, setecentos e onze reais e quarenta e um centavos (R\$26.349.711,41) e o senhor Fabiano Barreto informou que a movimentação está toda na Caixa Econômica Federal. Já no segundo quadrimestre fechou em trinta e dois milhões, quatrocentos e quarenta mil, oitocentos e sessenta e oito reais e quarenta e um centavos (R\$32.440.868,41). O senhor Fabiano Barreto Gomes encerrou sua explanação e se colocou a disposição para perguntas, dúvidas, sugestões quanto a apresentação que seja relevante para aprimorar os trabalhos do Instituto. Nesta Audiência foi direcionado várias dúvidas e perguntas diversas ao senhor Fabiano Barreto, mas sem nenhum constrangimento e desvio de resposta, todas foram respondidas e sanadas as dúvidas. A secretária de fazenda foi solicitada para responder perguntas sobre: o aumento para servidor; pagamento de professores com recursos dos royalties, detalhes sobre o pagamento dos precatórios, até porque muitos pagamento são ações da MUTIPROF. O presidente da Comissão Permanente de Justiça e Redação; Finanças e Orçamento; Obras e Serviços Públicos agradeceu a presença da secretária de fazenda Simone Moreira, o presidente do Instituto Fabiano Barreto, as pessoas que assistiram pela rede de comunicação, como também pela apresentação desta Audiência e por não constar mas nada, declarou encerrada esta Audiência Pública.


Janderson Barreto Chagas
Vice-presidente
Fábio Castro da Costa
Presidente
Rildo Barcelos Sobrinho
Relator